



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 036849/2018-SEPLAG, nos termos do Padrão nº 01/2002.**

**Processo SEI nº: 00410-00007120/2018-52**

**SIGGO nº: 036849**

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes**

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAG/DF), com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **MARCELO SOARES ALVES**, portador da cédula de identidade RG n.º 1.421.070, expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF sob o n.º 610.221.601-68, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, em substituição, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado, a empresa **TRUE CHANGE TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 14.467.292/0001-81, com sede na rua Dona Maria César, nº 170, Sala 303-D, Bloco D - Recife - PE, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **LÁZARO FERNANDO PINHEIRO DE SOUZA**, portador da cédula de identidade nº 3.802.201, expedida pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob nº 870.044.104-04 e **TIAGO MORAES DE MIRANDA FARIAS**, portador da cédula de identidade nº 6.310.321, expedida pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob nº 039.628.974-61, ambos na qualidade de Sócio Administrador da empresa, celebram o presente Termo Contratual pelas seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência SEI-GDF - SEPLAG/SUTIC/COSIS (9105559), assinado pela Subsecretário da Tecnologia da Informação e Comunicação - SUTIC/SEPLAG; do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10/2017 (9783964) e seus anexos, do Departamento de Ciência e Tecnologia, do Exército Brasileiro, do Ministério da Defesa, que culminou com a edição da Ata de Registro de Preço nº 01/2017-DCT-EB-MD (9106674); com fundamento no Decreto Distrital nº 37.667/2016, que recepcionou a IN nº 04/2014-SLTI/MPOG; no Decreto Distrital nº 38.934/2018, que recepcionou a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017; no Decreto Distrital nº 39.103/2018 e na Portaria SEPLAG nº 265/2018; no Decreto Distrital nº 36.520/2015; e Lei Distrital nº 4.770/2012; na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.666/1993, e demais legislação correlata.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto**

O presente Instrumento tem por objeto a contratação de Solução de Tecnologia da Informação relativa ao serviço de **mentoria, apoio e aceleração no processo de absorção de técnicas de desenvolvimento**, referente à Plataforma de desenvolvimento, gerência e monitoramento de Software *Low Code*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência SEI-GDF - SEPLAG/SUTIC/COSIS (9105559), no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10/2017 (9783964) e seus anexos, do Departamento de Ciência e Tecnologia, do Exército Brasileiro, do Ministério da Defesa, que culminou com a edição da Ata de Registro de Preço nº 01/2017-DCT-EB-MD (9106674) e na Proposta (10081444) para a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e

Gestão do Distrito Federal (SEPLAG/DF), conforme detalhamento a seguir:

Ata de Registro de Preços nº 01/2017 - PE SRP nº 10/2017 - DCT/EXÉRCITO BRASILEIRO/MINISTÉRIO DA DEFESA					
Item da Ata	Quantidade para Aquisição	Unid.	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
5	5.000	UST	Serviço de Mentoria, apoio e aceleração no processo de absorção de técnicas de desenvolvimento, conforme especificações constantes do PE SRP N° 10/2017-DCT/EB/MINISTÉRIO DA DEFESA	R\$ 490,00	R\$ 2.450.000,00
TOTAL (R\$)					R\$ 2.450.000,00

#### CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

O CONTRATO será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos Artigos 6º e 10º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1 - O valor total global do Contrato é de **R\$ 2.450.000,00 (dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais)**, e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

#### CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 32.101

II – Programa de Trabalho: 04.126.6203.1471.0029

III – Natureza da Despesa: 44.90.39

IV – Fonte de Recursos: 135

6.2 - O empenho é de R\$ 1.020.670,00 (um milhão, vinte mil, seiscentos e setenta reais), conforme **Nota de Empenho nº 2018NE00837**(10950028), emitida em 02/08/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade global.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor do CONTRATO.

7.2 - A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste CONTRATO.

7.3 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e

V – Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do

Trabalho.

7.4 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.5 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.6 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.7 - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as condições estabelecidas neste CONTRATO e em desconformidade com este Contrato ou Projeto Básico que faz parte integrante deste CONTRATO. Se, após o recebimento provisório for constatado fornecimento ou serviço em desacordo com o pactuado, com defeito ou incompleto, a CONTRATADA será notificada pelo CONTRATANTE para efetuar a devida regularização da ocorrência, não podendo lograr pagamento enquanto não sanada a irregularidade.

7.8 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.9 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

7.10 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014, de 12/12/2014.

7.11 - O pagamento será efetuado ao final da realização de cada turma do curso, de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal, sendo exigida como condição para pagamento a prova de regularidade fiscal e trabalhista.

7.12 - O contrato terá preço fixo e irreajustável, considerando sua vigência de um ano.

7.13 - Nos termos do 8.14 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10/2017 (9783964) e seus anexos, no que concerne à **forma de pagamento em função dos resultados**, registram-se:

7.13.1 - Os serviços de **Mentoria** (Item 5 da Ata de Registro de Preços) será pago por UST - “Unidade de Serviço Técnico”, após a efetiva prestação dos serviços e entrega da demanda.

7.13.2 - Para melhor compreensão da adoção da métrica, cabe aplicar o conceito de UST consignado nos preceitos de Gestão de Projetos.

## **CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência**

8.1 - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, por meio de Termo Aditivo, para os subsequentes exercícios financeiros, observado o limite estabelecido no Inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93, após a verificação da real necessidade e com vantagens para o CONTRATANTE na continuidade deste CONTRATO.

8.2 - O critério de reajuste de preços após transcorrido um ano de vigência do Contrato, será com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme Decreto Distrital nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016.

## **CLÁUSULA NONA – Das garantias**

9.1 - Por ocasião da celebração do contrato será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de

prestação de garantia, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, correspondendo ao valor de **R\$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais)**, conforme Edital, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO;

V - A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;
2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber;

c) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b", observada a legislação que rege a matéria;

d) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

e) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

f) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os

incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

g) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

h) A garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e

2. após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

i) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

j) A garantia prevista no item 9.1 somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido em legislação que rege a matéria.

9.3 - Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições do subitem 9.1 deste Instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal**

10.1 - O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10/2017 (9783964) e seus anexos, constituem obrigações do Contratante:

10.2.1 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

10.2.2 - Nomear Gestor e o Fiscal Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da IN nº 04/2014 – SLTI/MPOG;

10.2.3 - Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto no arts. 19 e 33 da IN nº 04/2014– SLTI/MPOG;

10.2.4 - Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 21 da IN nº 04/2014 – SLTI/MPOG;

10.2.5 - Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

10.2.6 - Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

10.2.7 - Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

10.2.8 - Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA**

11.1 - A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I - até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II - comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 - A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação.

11.5 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10/2017 (9783964) e seus anexos, constituem obrigações do Contratada:

11.5.1 - Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

11.5.2 - Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

11.5.3 - Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

11.5.4 - Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

11.5.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.5.6 - Quando especificada, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

11.5.7 - Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme exigências da CONTRATANTE;

11.5.8 - Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados serão da CONTRATADA.

11.6 - Nos termos do 8.10.16 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10/2017 (9783964) e seus anexos, no que concerne ao Termo de compromisso de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes, constituem, ainda, obrigações do Contratada:

11.6.1 - Após a assinatura do contrato, será realizada uma reunião inicial para alinhamento de expectativas, quando deverá ser entregue pela CONTRATADA, entre outros documentos, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança vigentes na CONTRATANTE. Esse termo deve ser assinado por representante legal da licitante, conforme o modelo constante no Edital.

11.6.2 - A CONTRATADA será obrigada a providenciar a assinatura, por todos os seus profissionais que tiverem acesso direto ou indireto, durante a execução dos serviços, de Termo de Manutenção de Sigilo e de Ciência das Normas de Segurança da Informação da Contratante. A qualquer momento, ao longo da execução do contrato, a SUTIC/SEPLAG poderá solicitar à CONTRATADA a comprovação do cumprimento dessa obrigação. O modelo do documento a ser assinado pelos profissionais consta no Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual**

12.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais regulamentações legais.

12.2 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades**

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

### **13.2 - Das Espécies**

13.2.1 - Caso a contratada não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851/2006, alterado pelos Decretos nº 26.993/2006, nº 27.069/2006, nº 35.831/2014** e nos termos do Edital, no que couber:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

### **13.3 - Da Advertência**

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

### **13.4 - Da Multa**

13.4.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a

oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.2.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.4.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

### **13.5 - Da Suspensão**

13.5.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

### **13.6 - Da Declaração de Inidoneidade**



13.6.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13.7 - Das Demais Penalidades**

13.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

### **13.8 - Do Direito de Defesa**

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções

aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13.9 - Do Assentamento em Registros**

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

### **13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos**

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

### **13.11 – Disposições Complementares**

13.11.1 - As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.11.2 - Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução**

O CONTRATO poderá ser rescindido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do CONTRATO, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão**

15.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no CONTRATO, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do CONTRATO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Execução, Acompanhamento e Fiscalização**

17.1 - A execução e a fiscalização do objeto deste CONTRATO será acompanhada e fiscalizada por executor/comissão especialmente designada para esse fim, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.2 - Nos termos do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10/2017 (9783964), será emitido **Termo de Recebimento Definitivo** da Solução de TI contratada quando:

17.2.1 - Os serviços de suporte técnico, atualização e **mentoria**, quando demandados, serão acompanhados e medidos ao longo da vigência do contrato, não fazendo parte do Termo de Recebimento Definitivo da Solução de TI contratada.

17.3 - Nos termos do item 8.8 do Termo de Referência do Edital (9783865), no que tange à execução do Serviço de **Mentoria**, registram-se:

17.3.1 - O serviço de mentoria consiste na prestação de serviços técnicos de especialistas na solução

contratada e em técnicas de metodologias de desenvolvimento ágil. Devem ser prestados por demanda da CONTRATANTE ao longo da vigência do contrato e, preferencialmente, na forma presencial. Contempla, em especial, os seguintes propósitos:

17.3.1.1 - Transferência de tecnologia ou de conhecimentos;

17.3.1.2 - Configuração da solução em momento posterior à implantação, inclusive para melhoria de performance da ferramenta;

17.3.1.3 - Operação assistida a servidores da CONTRATANTE;

17.3.1.4 - Particularização da solução ou criação de relatórios e painéis de informação;

17.3.1.5 - Apoio técnico no desenvolvimento de projetos complexos e no uso de funcionalidades novas ou avançadas da solução;

17.3.1.6 - Exploração de oportunidades de uso da solução;

17.3.1.7 - Capacitação em metodologias ágeis utilizando de um assessoramento técnico e metodológico para a absorção de técnicas e práticas de desenvolvimento neste paradigma, com o objetivo de se obter maturidade tanto de processos de gestão quanto da equipe de desenvolvimento de software na aplicação da metodologia ágil de desenvolvimento. Trata-se de uma fonte de apoio e aceleração no processo de absorção por parte dos quadros técnicos do Centro de Desenvolvimento de Sistemas gerando com isso a absorção de todo o potencial da plataforma adquirida.

17.4 - Nos termos do item 8.9 do Termo de Referência do Edital (9783865), no que tange à **Unidade de Serviço Técnico - UST**, registram-se:

17.4.1 - UST é uma unidade utilizada para quantificar um pacote de trabalho de uma EAP - Estrutura Analítica de Projeto, produto do serviço de um ou de vários técnicos, utilizando ferramental específico, além do conhecimento da equipe envolvida.

17.4.2 - É aplicável a qualquer serviço técnico, podendo mensurar apenas um pacote de trabalho ou até mesmo um projeto inteiro. Pode ter classificações ou tipos adequados a cada necessidade de produto de serviço a ser entregue.

17.4.3 - Esta métrica é diferente da métrica homem-hora, pois ela não se propõe a aferir o tempo presencial na execução da tarefa, mas todo o esforço necessário e riscos envolvidos para a realização de tal. Exemplos: Laudo de fiscalização de um bem dado em garantia; Plano de projeto; Desenvolvimento de métodos e modelos; Desenvolvimento de software; Diagnóstico de maturidade de uma organização; Análise de causa e efeito; Análise de riscos de um empreendimento; Relatório de status de uma atividade de projetos; Planejamento Estratégico de uma organização.

17.4.4 - A UST inclui o esforço dedicado para elaboração da massa crítica de conhecimento necessária para a construção do referido pacote de trabalho, depreciação dos ativos envolvidos no trabalho e o esforço do controle de qualidade, gestão, controle de risco, planejamento das ações, comunicação e outras atividades de bastidores necessárias para gerar-se um pacote dentro do nível de serviço acordado, além das horas visíveis despendidas pelos envolvidos no processo.

17.4.5 - Devido às peculiaridades dos serviços objeto do Termo de Referência, entende-se que esta métrica é a que melhor se adequa para as atividades que abarcam os serviços de técnicos especializados em suporte técnico, atualização de versões e mentoria, elaboração de documentos de metodologia, de arquitetura, de mapeamento e aperfeiçoamento de processos, de planejamento ou de projeto executivo para implantação das plataformas tecnológicas.

17.4.6 - Finalmente, ressalta-se que a métrica Unidade de Serviço Técnico – UST, além de permitir o controle e a precificação de todos os serviços previstos no Termo de Referência, apresenta a vantagem de permitir que o tempo, em termos cronológicos, para obtenção dos resultados pretendidos seja um dos focos de controle. Desta forma viabiliza-se a priorização das ações, incluindo-se as alterações ou mudanças requeridas periódica ou eventualmente.

17.4.7 - Baseado no exposto no item anterior, e pelas características técnicas de execução do Termo de Referência, é assertivo considerar que a métrica UST, para o controle e a precificação das Ordens de Serviços atenderá plenamente aos objetivos de controle de execução do objeto, na forma da lei.

17.4.8 - Considera-se que os serviços de técnicos especializados baseados na orientação a serviços destinados a execução do objeto, possuem características de execução de caráter especialista em todas as fases de execução.

17.4.9 - As atividades definidas serão classificadas em função do seu nível de complexidade, para enquadramento dos profissionais que as executarão, de forma que garantam a justa remuneração da atividade;

17.4.10 - A complexidade das atividades considera a relevância dos serviços, sua precedência sobre as demais, sua dificuldade operacional, o grau de documentação exigida, as características dos profissionais de mercado e sua capacidade em cumprir as atividades. Na tabela a seguir, extraída do item 8.10 do Termo de Referência do Edital (9783964), estão descritos e definidos os fatores de complexidade.

COMPLEXIDADE	DESCRIÇÃO	FATOR DE COMPLEXIDADE
Baixa	Atividades que envolvam monitoramento de ambiente; elaboração de relatórios; atualização de base de conhecimento; instalação e configuração de software.	1
Média	Implantação de serviços no Barramento de Serviços; instalação e configuração de software em ambiente de produção; configuração de componentes de alta disponibilidade e failover; implantação de processos gerenciais; Atividades de execução de processos da governança e da segurança da informação dos ambientes de desenvolvimento e produção da infraestrutura Oracle SOA. Definição de processos de governança; atividades que exijam algum conhecimento específico da infraestrutura SOA em ambiente de Produção; configurações complexas de software e análises e definições complexas acerca da orientação a serviços. Atividades que exijam conhecimento avançado e específico da orientação a serviços.	1,25
Alta	Elaboração de Análises complexas acerca de projetos SOA. Desenvolvimento, implantação ou Revisão dos Processos de Governança; Desenvolvimento ou revisão de processos de Testes e Homologação; laboração, implantação ou revisão de indicadores de desempenho; em termos gerais atividades que exijam conhecimento especialista para heurística das soluções que envolvem um projeto SOA, sua governança e seus requisitos de segurança da informação.	1,75

17.4.11 - Nos termos do item 8.10 e subsequentes do Termo de Referência do Edital (9783964), no que tange a **Atividades Correlatas à Complexidade**, registram-se:

17.4.11.1 - Para classificar as atividades quanto ao grau de complexidade, considerar-se-ão os seguintes aspectos:

- a) A relevância do objeto;
- b) O prazo exigido;
- c) A dificuldade operacional;
- d) A quantidade de documentação decorrente;
- e) As características técnicas;
- f) A quantidade e especialização profissional necessária;
- g) O tempo necessário para execução;
- h) Os tipos de ferramentas gerenciais e operacionais e de tecnologia empregadas.

17.4.11.2 - Outros quesitos poderão ser considerados na classificação do grau de complexidade, em comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no momento da aprovação do plano de trabalho e da O.S. – Ordem de Serviço.

17.4.11.3 - O enquadramento dos produtos gerados em um determinado grau de complexidade será definido no plano de trabalho, anteriormente à emissão da ordem de serviço.

17.4.11.4 - Para fins de cálculo do total de USTs necessárias para a entrega de cada produto, serão consideradas as USTs necessárias em razão de sua complexidade, conforme a fórmula:

- $QTD\_UST\_FC = QTD\_UST * FC$
- QTD\_UST\_FC: Quantidade de Unidades de Serviço Técnico considerando o Fator de Complexidade (Baixa, Média ou Alta);
- QTD\_HST: Quantidade Unidades de Serviço Técnico;
- FC: Fator de Complexidade respectivo à atividade.
- Uma OS pode contemplar atividades com diferentes fatores de complexidade:
- $Total\_UST\_OS = \Sigma (QTD\_UST\_FC)$
- Total\_UST\_OS: Quantidade Total de UST da Ordem de Serviço
- O valor de cada ORDEM DE SERVIÇO será calculado por meio da fórmula:
- Valor da O.S. = Valor da UST \* Total \_UST\_OS

17.4.11.5 - A materialização das atividades de mentoria dar-se-á por meio de relatório técnico apresentado ao final do atendimento de toda atividade solicitada e a devida homologação pelo solicitante da CONTRATANTE.

17.4.11.6 - Os serviços serão sempre solicitados por meio de ordens de serviço e remuneradas de acordo com a quantidade de USTs alocadas para sua execução, considerada a fórmula indicada para o cálculo total de USTs.

17.4.11.7 - A CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA a ordem de serviço contendo o produto desejado. Recebida a solicitação, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para especificar proposta de atendimento. O documento deve conter, no mínimo, as atividades necessárias para a obtenção do produto com estimativa de USTs a serem consumidas e sugestão de cronograma de execução das atividades, considerada a fórmula indicada para o cálculo total de USTs.

17.4.11.8 - Para atendimento, a CONTRATADA deve alocar profissionais compatíveis com a complexidade e especificidade da demanda apresentada, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

17.4.11.9 - A CONTRATANTE avaliará a proposta de atendimento do chamado e poderá solicitar adequações nos itens que considerar inapropriados ou julgar estarem em desacordo com a solicitação.

17.4.11.10 - A execução do serviço somente poderá ser iniciada pela CONTRATADA após aprovação e autorização da ordem de serviço. O modelo de ordem de serviço está apresentado no Edital.

17.4.11.11 - Para fins de controle e acompanhamento, as ordens de serviço abertas receberão registro específico no sistema destinado ao monitoramento de chamados do serviço de suporte técnico e atualização de versão. O prazo de atendimento será estabelecido caso a caso e firmado na própria ordem de serviço.

17.4.11.12 - A CONTRATADA deve informar as ordens de serviço abertas ou em andamento junto aos relatórios mensais de acompanhamento de chamados de suporte técnico e atualização de versão.

17.4.11.13 - O pagamento será feito por ordem de serviço e requer avaliação prévia e aceite por parte da CONTRATANTE. Não será devido pagamento a serviço que, justificadamente, seja rejeitado pela CONTRATANTE. Neste caso, a ordem de serviço será encerrada por recusa do serviço. A reincidência de recusa de serviço poderá ensejar a aplicação de sanção prevista na legislação pertinente.

17.4.11.14 - A apresentação das notas fiscais ou faturas referentes à conclusão de ordens de serviço deverá ser feita em até 5 (cinco) dias após a conclusão da atividade demandada.

17.5 - Nos termos do item 8.11 do Termo de Referência do Edital (9783964), no tange a Rotinas de Execução, registra-se:

17.5.1 - O prazo para consecução das metas expostas é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de recebimento do material contratado ou da realização do curso de capacitação, sendo o início do prazo o dia útil seguinte do dia da recepção do último item contratado ser plenamente satisfeito, conforme no termos do Termo de Referência. Considera-se como 'último' para este fim, o item derradeiro item a ser entregue pela empresa a ser contratada tendo-se como referência o transcurso do tempo.

17.6 - Incluem-se ainda, entre itens a serem observados do Executor/Comissão, os contidos do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 10/2017 (9783964) e seus anexos e na Proposta

Comercial (10081444), e não mencionados neste instrumento contratual.

17.7 - Nos termos do item 6.28 do Termo de Referência (9105559), elaborado pela equipe técnica da SUTIC/SEPLAG, registra-se:

17.7.1 - O volume total estimado de serviços para SERVIÇOS DE SUPORTE ESPECIALIZADO deste TR é de 5.000 (cinco mil) unidades de serviço técnico por vigência anual de contrato, não estando a CONTRATANTE obrigada a utilizar o total estimado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de utilização de mão de obra infantil**

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO, sob pena de rescisão contratual imediata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Da Publicação e do Registro**

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente CONTRATO.

Pelo **DISTRITO FEDERAL**:

---

**MARCELO SOARES ALVES**

Secretário de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão - Substituto

Pela **CONTRATADA**:

---

**LÁZARO FERNANDO PINHEIRO DE SOUZA**

Sócio administrador da Empresa

---

**TIAGO MORAES DE MIRANDA FARIAS**

Sócio administrador da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SOARES ALVES - Matr. 0271240-7, Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão-Substituto(a)**, em 03/08/2018, às 18:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LÁZARO FERNANDO PINHEIRO DE SOUZA, Usuário Externo**, em 06/08/2018, às 11:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO MORAES DE MIRANDA FARIAS, Usuário Externo**, em 07/08/2018, às 15:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **10998761** código CRC= **E09E0C14**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 500 - CEP 70075900 - DF

---

00410-00007120/2018-52

Doc. SEI/GDF 10998761